

NEAD TEA - NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E AÇÕES FRENTE A DIVERSIDADE EDUCACIONAL: UM OLHAR PARA O TEA

Rosângela Trabuco Malvestio da Silva ¹

RESUMO

No Brasil, ainda existem poucos estudos científicos sobre o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), o que é bastante preocupante considerando-se a importância de se ter mais dados para a promoção do ensino e da aprendizagem, bem como para o desenvolvimento de políticas públicas para esse público. Neste sentido, o presente estudo tem por objetivo realizar um relato de experiência do trabalho desenvolvido pelo grupo de estudos NEAD TEA - Núcleo de estudos, pesquisas e ações frente à diversidade educacional: um olhar para o TEA, da Unespar – Campus de Paranavaí. A metodologia utilizada é o relato de experiência e está fundamentado em textos, artigos e leis que oferecem o aporte teórico para subsidiar as discussões realizadas. Para tanto, realiza um histórico do projeto, que reúne estudiosos de 7 universidades públicas estaduais do Paraná, além da constituição das equipes de trabalho. Na sequência descreve a dinâmica do grupo de estudos, cronograma de encontros, dados coletados, divisão de tarefas e em específico sobre a pesquisa de campo nos 32 Núcleos de Educação do estado do Paraná para estimar o número de alunos TEA matriculados nos últimos 5 anos (2018-2022). Apresenta o trabalho da equipe na Unespar - Campus de Paranavaí, na tabulação dos dados levantados e quantificados, e os próximos passos para análise qualitativa para a devolutiva ao Governo do Estado do Paraná, para que se tenha a compreensão da real situação dos alunos TEA matriculados na Educação Básica e no Ensino Superior. Ao final conclui-se que é preciso conhecer a realidade para a qual a ação será dirigida e transformá-la em políticas públicas contribuindo assim para o acesso e a permanência destes estudantes no sistema de ensino.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Inclusão, Autismo.

INTRODUÇÃO

No século XXI é possível verificar a consolidação de leis que garantem ao aluno com necessidades especiais o direito a estar matriculado no ensino regular. Diante da diversidade do público alvo da educação especial nas escolas, tem-se também aluno TEA (Transtorno do espectro Autista). É certo que o número de alunos TEA matriculados nas escolas da educação básica tem aumentado consideravelmente, e mesmo que a inclusão destes alunos na escola regular seja garantida por lei, ainda é um grande desafio a construção de uma escola realmente inclusiva.

Por este motivo a SETI – Secretaria de Estado Ciência Tecnologia e Ensino Superior – com recuso do FUNDO PARANÁ, preocupada em conhecer esta realidade e assim intervir de maneira significativa com políticas públicas para melhorar a qualidade do ensino ofertado para estes alunos(as), firmou com 7 (sete) Universidades Públicas Estaduais, um convênio para

¹ Professora Doutora do Curso de Pedagogia e do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva da Universidade Estadual do Paraná - Unespar, rosetms2000@yahoo.com.br.

financiar uma pesquisa que mapeasse alunos TEA nas escolas públicas e privadas do Estado. Neste sentido, o presente texto tem por objetivo realizar um relato de experiência do trabalho desenvolvido pelo grupo de estudos NEAD TEA - Núcleo de estudos, pesquisas e ações frente à diversidade educacional: um olhar para o TEA, da Unespar – Campus de Paranavaí.

Para tanto, realiza um histórico do projeto, que reúne estudiosos de 7 universidades públicas estaduais do Paraná, além da constituição das equipes de trabalho. Na sequência descreve a dinâmica do grupo de estudos, cronograma de encontros, dados coletados, divisão de tarefas e em específico sobre a pesquisa de campo nos 32 Núcleos de Educação do estado do Paraná para estimar o número de alunos TEA matriculados nos últimos 5 anos (2018-2022). Apresenta o trabalho da equipe na Unespar - Campus de Paranavaí, na tabulação dos dados levantados e quantificados, e os próximos passos para análise qualitativa para a devolutiva ao Governo do Estado do Paraná, para que se tenha a compreensão da real situação dos alunos TEA matriculados na Educação Básica e no Ensino Superior. Ao final conclui-se que é preciso conhecer a realidade para a qual a ação será dirigida e transformá-la em políticas públicas contribuindo assim para o acesso e a permanência destes estudantes no sistema de ensino.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste texto é o relato de experiência e está fundamentado em textos, artigos e leis que oferecem o aporte teórico para subsidiar as discussões realizadas. A pesquisa que está sendo realizada A pesquisa tem autorização da SEED (Secretaria de Estado Educação) pela resolução N. ° 406/2018 – GS/SEED e foi autorizada pelo CAE 9028822.4.0000.9247. É uma pesquisa financiada pela Secretaria de Estado Ciência Tecnologia e Ensino Superior – SETI - FUNDO PARANA. Contempla os 32 NREs onde estão sendo realizadas as pesquisas de coleta de dados estatísticos, sobre os dados referentes ao aluno TEA.

São abordados na pesquisa os seguintes itens: 1) nº de escolas; 2) nº de alunos regularmente matriculados; 3) nº de alunos com TEA; 4) nº de alunos no TEA masculino; 5) nº de alunos no TEA feminino. Os pesquisadores das Ies analisarão os dados qualitativamente, referente a sua região e depois, discutirão em grupos de estudos para produzir o material que será fundamentado com base em referencial teórico que trata da educação numa perspectiva histórica e a considera vinculada à economia e à política de períodos determinados e, por conseguinte, como uma condição histórica e social.

REFERENCIAL TEÓRICO

O transtorno do espectro autista (TEA), de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5 (APA, 2014) e com a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde - CID-11 (WHO, 2021) é definido por um conjunto de déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos. Conforme Castelar (2023, p. 60) “Todos os tipos de autismo, no DSM-V, passaram a ser englobados em um único espectro com três variações que se apresentam de acordo com a gravidade do comprometimento em relação à comunicação e à interação”.

Cunha (2019), destaca que o uso atual da nomenclatura TEA possibilita a abrangência de distintos níveis do transtorno (Nível 1 - Necessidade de pouco apoio, Nível 2 - Necessidade de apoio substancial, Nível 3 - Necessidade de apoio muito substancial). Cada nível apresenta a existência de padrões comportamentais restritivos e repetitivos de interesses e/ou atividades e causam prejuízo, clinicamente significativo, no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo. Sua incidência é maior em indivíduos do sexo masculino do que do sexo feminino, com uma razão de 4x1. Os comportamentos característicos podem ser observados precocemente no período do desenvolvimento (geralmente entre 12 e 24 meses) e em diferentes graus de comprometimento. Alguns apresentam boas habilidades verbais, com mínimos atrasos na linguagem, mas têm sérios problemas no aspecto dos relacionamentos sociais (SEBAT et al., 2007).

A etiologia do TEA ainda não é totalmente conhecida. De acordo com levantamento realizado por Beck (2017), são investigadas como possíveis causas substâncias químicas relacionadas ao meio ambiente, agentes infecciosos, fatores nutricionais, idade gestacional, baixo peso ao nascimento, infecções maternas, estresses físicos e psicológicos e influência de fatores genéticos e hereditários. Contudo, é consenso na literatura que, quanto mais cedo se começa a intervenção, melhores são os resultados e, conseqüentemente, maiores são os ganhos na qualidade de vida dos indivíduos submetidos a acompanhamento especializado (APA, 2014; FOXX, 2008; GOULART; ASSIS, 2002; LOVAAS, 1987; SILVA; MULICK, 2009; TAQUES; RODRIGUES, 2006). Dados de pesquisas demonstram que a intervenção precoce melhora a fala, o desenvolvimento geral e o desempenho intelectual da maior parte das crianças (DAWSON; OSTERLING, 1997; ROGERS, 1996).

Devido às singularidades e peculiaridades do transtorno uma exigência se impõe aos profissionais da educação um conhecimento específico sobre os alunos com diferentes níveis de comprometimento, para que assim planejem as adaptações pedagógicas necessárias e imprescindíveis para um ensino de qualidade.

No Brasil, há pouca produção científica sobre o assunto, o que é bastante preocupante considerando-se a importância destas para desenvolvimento de políticas públicas e ações da sociedade civil (BECK, 2017; COSTA; FURTADO; BLANK, 2021; LOPES; ALMEIDA, 2020). De acordo com estudo de Paula, Fombonne e Mercadante (2011) na cidade de Atibaia, estado de São Paulo, a prevalência do TEA foi de 30 em 10.000 crianças, já no estudo de Beck (2017) na região sul do Brasil (Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná) a prevalência estimada foi de 3,8 casos em cada 10.000 habitantes.

Como marcos legais, destacam-se a promulgação da Lei nº 12.764 - Lei Berenice Piana (BRASIL, 2012) , de 27 de dezembro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; o Decreto Nº 8.368, de 2 de dezembro 2014, que a regulamentou instituindo a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (BRASIL, 2014); da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, na qual está previsto que os sistemas educacionais devem ser inclusivos em todos os níveis (BRASIL, 2015); a Lei nº 13.977, de 8 de janeiro 2020 - Lei Romeo Mion, que alterou a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2020); e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996 - Lei da Gratuidade dos Atos de Cidadania - que cria a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), de expedição gratuita (BRASIL, 1996).

Diante do exposto, depreende-se a necessidade deste projeto, apresentado por este Grupo de Trabalho TEA, visando a constituir uma rede de estudos sobre o transtorno, compreendendo as IES do estado do Paraná, com o intuito de elaborar pesquisas que busquem mapear o estado da arte sobre a temática, bem como verificar desde as condições já existentes e efetuar intervenções operacionais ou outras, conforme as demandas institucionais para o atendimento aos acadêmicos com diagnóstico do TEA garantindo, com isso, o acesso, permanência e terminalidade dos mesmos no sistema educacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Grupo de Trabalho “Rede de Estudos sobre o Autismo”, instituído pela Portaria nº 141/2021 – GS/SETI, foi instituído em 2021, quando a SETI convidou os professores das 7 Universidades estaduais, para construir um projeto voltado para o autismo no estado do Paraná.

É um estudo inovador, e busca elaborar pesquisas, produção de conhecimento e disseminação científica, assim como desenvolvimento de ações afirmativas para fomentar políticas voltadas à comunidade acadêmica do TEA, na busca da equidade e inclusão educacional que contribuam para a efetivação dos documentos mencionados anteriormente e, além disso, tendo como princípio o respeito à diversidade.

O projeto foi oficialmente firmado com as IES² em parceria do UGF (Unidade Gestora do Fundo Paraná) em novembro de 2022, com custeio para bolsistas coordenadores e 1 profissional formado na área do coordenador. O projeto foi intitulado: NEAD TEA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Ações Frente à Diversidade Educacional: um olhar para o TEA.

O grupo tem por objetivo realizar mapeamento do estado da arte sobre o TEA nas instituições de ensino público do Estado do Paraná, com a finalidade de analisar qualitativamente a incidência e as formas de acolhimento e atenção. O público alvo a ser beneficiado são os estudantes TEA matriculados na educação básica, em cursos de graduação e/ou de pós-graduação das instituições de ensino superior do Paraná. Para tanto as ações estão divididas em 3 etapas:

Etapa I – voltada às ações de mapeamento dos alunos TEA no ensino básico e superior do Estado do Paraná;

Etapa II - voltadas às ações de tabulação e análise de dados da pesquisa;

Etapa III - disseminar o conhecimento produzido em eventos, congressos, publicações de artigos em Revistas, anais dentre outros;

Ao final da execução do projeto, pretende-se estender os resultados obtidos, aos órgãos governamentais para que possibilite o desenvolvimento de ações educacionais. O projeto é uma inovação e irá contribuir para o mapeamento do público TEA do Estado do Paraná, transformando os resultados em produção do conhecimento, promovendo reflexões e ações que

² UNESPAR, UEL, UEM, UEPG, UNIOESTE, UNICENTRO e UENP.

contribuam para a proposição de políticas de atendimento aos estudantes TEA, de modo a promover a cultura da inclusão em todos os níveis de ensino.

Como impacto socioeconômico pode-se destacar que o mapeamento realizado pelo grupo de Pesquisa irá contribuir para uma visão geral do estudante TEA no Estado do Paraná, contribuindo para a efetivação de futuros projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão na IES, conforme expressa a LDB 9394/96 no que concerne aos princípios e fins da educação nacional: “[...] os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades”. Conforme as indicações da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2011).

Os bolsistas do grupo de estudos se reúnem 2 (duas) vezes ao mês, via google meet, onde discutem as ações do projeto, fazem a análise dos dados levantados e tabulados pelos bolsistas, realizam estudos de texto, apresentam suas produções científicas e o que cada dupla de professor e bolsistas desenvolveram durante o mês anterior (produções, eventos, divulgações, postagens no *Instagram*, dentre outras). Os professores pesquisadores também se reúnem via *google meet* uma vez ao mês para estipular o planejamento das ações e elaborarem os passos de execução do projeto.

Na Unespar Campus de Paranavaí, a bolsista é formada em Pedagogia e a professora orientadora é Pedagoga, com Mestrado e Doutorado em Educação. As duas trabalham em parceria, sendo que existe uma sala para que a bolsista desenvolva a pesquisa. Também conta com um notebook adquirido com o recurso da Unidade Gestora do Fundo Paraná. O trabalho é voltado para a pesquisa de textos, artigos e leis que fundamentam a análise dos dados. Também realizam a tabulação dos dados coletados, organizando em gráficos para a apresentação. Em conjunto com os bolsistas, está sendo organizado um e-book para a apresentação dos resultados obtidos.

Paralelo ao trabalho de pesquisa, a bolsista também é responsável pela publicações no *Instagram* e *facebook*, apresentações do projeto na comunidade bem como participação de eventos científicos. Enfim, a dedicação ao tema do projeto tem contribuído para apresentar à comunidade a importância do tema TEA, e a relevância da pesquisa que o grupo das 7 (sete) Universidades tem desenvolvido com empenho e dedicação. Esta unidade coesa entre os membros do grupo de estudos NEAD TEA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Ações Frente à Diversidade Educacional: um olhar para o TEA, tem garantido bons resultados científicos e acadêmicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste texto pode-se depreender que a necessidade de estudos sobre o TEA, pois diante da política de inclusão, existe a necessidade de uma escola que promova a aprendizagem de qualidade de todos os alunos (inclusos ou não). Para que isto ocorra é necessário professores qualificados e capacitados para atuarem conscientemente com estes alunos e realizarem as adaptações necessárias para estes alunos.

Os pesquisadores do projeto NEAD TEA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Ações Frente à Diversidade Educacional: um olhar para o TEA, tem se empenhado para entender a realidade das escolas do estado do Paraná, no que se refere ao aluno TEA e assim poderá contribuir para que a sociedade tenha conhecimento de vários dados qualitativos e quantitativos relacionados ao TEA.

Conclui-se que diante da necessidade de pesquisas ligados ao tema, o projeto NEAD TEA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Ações Frente à Diversidade Educacional: um olhar para o TEA, é um estudo inovador no país e de grande relevância. Com certeza trará resultados benéficos para o contexto educativo do estado do Paraná e do país.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Secretaria de Estado Ciência Tecnologia e Ensino Superior - SETI e à UGF (Unidade gestora do Fundo Paraná), pelo financiamento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

APA - Associação de Psiquiatria Americana. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-5)**, 2014. 992 p. Disponível em: <http://www.niip.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Manual-Diagnostico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf>. Acesso em 10 jan. 2022.

BECK, R. G. **Estimativa de Casos de transtorno do espectro autista no sul do Brasil**. 2017. 53 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2017.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, página 2, 28 dez. 2012.

BRASIL. Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com

Transtorno do Espectro Autista. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, seção 1, página 2, 03 dez. 2014.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, seção 1, página 2, 07 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020. Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, seção 1, página 2, 09 jan. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996. Regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, dispondo sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, seção 1, página 2405, 13 fev. 1996.

CASTELAR, W. A. S. Educandos com transtorno do espectro autista em escolas públicas municipais no norte do paraná: desafios na efetiva o das políticas inclusivas. **Disserta o de Mestrado**. UNESPAR, 2023. p.149.

CUNHA, E. **Autismo e Inclusão**: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 8. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2019.

DAWSON, G.; OSTERLING, J. Early intervention in autism. *In*: GURALNICK, M. J., (org.). **The Effectiveness of Early Intervention**. Baltimore: Paul H. Brookes Publishing Co, 1997. cap. 14, p. 307–326).

FOXX, R. M. Applied behavior analysis (ABA) treatment of autism: The state of the art. **Child and Adolesc Psychiatr Clin N Am.**, v. 17, n. 4, p. 821–834, Oct. 2008. DOI 10.1016/j.chc.2008.06.007. Disponível em <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/18775372/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

GOULART, P.; ASSIS, G. J. A. Estudos sobre autismo em análise do comportamento: aspectos metodológicos. **Rev. Bras. Ter. Comport. Cogn.**, v. 4, n. 2, p. 151-165, Dez. 2002. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452002000200007. Acesso em: 10 jan. 2022.

LOPES, A. T.; ALMEIDA, G. A. Perfil de indivíduos com transtorno do espectro autista (TEA) no Brasil. 2020. 16f. Trabalho de conclusão de curso (Gradua o em Medicina) - Universidade CESUMAR, Maringá, 2020. Disponível em: <http://rdu.unicesumar.edu.br/handle/123456789/7573>. Acesso em 10 fev. 2022.

PAULA, C.S.; RIBEIRO, S. H.; FOMBONNE, E.; MERCADANTE, M. T. Brief Report: Prevalence of Pervasive Developmental Disorder in Brazil: A Pilot Study. **J. Autism Dev. Disord.**, v. 41, n. 12, p. 1738-1742, Dec. 2011. DOI 10.1007/s10803-011-1200-6. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21337063/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

ROGERS, S. J. Brief report: early intervention in autism. **Journal Autism Dev. Disord.**, v. 26, n. 2, p. 243–246, Apr. 1996. DOI 10.1007/BF02172020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/8744493/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SEBAT, J. B. *et al.* Strong association of de novo copy number mutations with autism. **Science**, v. 316, n. 5823, p.445-449, Apr. 2007. DOI 10.1126/science.1138659. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/17363630/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SILVA, M.; MULICK, J. A. Diagnosticando o Transtorno Autista: Aspectos fundamentais e considerações práticas. **Psicol. Cienc. Prof.**, v. 29, n. 1, p.116-131, Jan. 2009. DOI 10.1590/S1414-98932009000100010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/RP6tV9RTtbLNF9fnqvrMVXk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2022.

TAQUES, D. C. S. R.; RODRIGUES, O. M. P. R. Avaliação de repertório comportamental de bebês nos quatro primeiros meses de vida: uma proposta de análise. **Rev. Bras. Crescimento Desenvol. Hum.**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 77-87, Ago. 2006. DOI 10.7322/jhgd.19793. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/19793>. Acesso em: 10 jan. 2022.

WHO - World Health Organization - International Statistical Classification of Diseases and Related health Problems (ICD- 11), 2021. Disponível em: <https://icd.who.int/en>. Acesso em: 10 fev.2022.